


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de Araraquara  
FORO DE ARARAQUARA  
2ª VARA CÍVEL

Rua dos Libaneses, nº 1998, Fórum - Carmo

CEP: 14801-425 - Araraquara - SP

Telefone: (16) 3336-1888 - E-mail: araraq2cv@tjsp.jus.br

**CONCLUSÃO**

Em 24 de julho de 2018, faço os presentes autos conclusos ao MM. Juiz de Direito da 2ª Vara Cível da Comarca de Araraquara, Dr. Heitor Luiz Ferreira do Amparo. O referido é verdade. Nada mais. Eu, ,Cristiane Marques Gomes Treviso, Assistente Judiciário, digitei.

**SENTENÇA**

Processo nº: 1006169-45.2018.8.26.0037 -  
Classe - Assunto **Procedimento Comum - Condomínio**  
Requerente: Associação de Proprietários Em Loteamento Atlanta  
Requerido: Rodrigo de Faveri

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Heitor Luiz Ferreira do Amparo

Vistos.

ASSOCIAÇÃO DE PROPRIETÁRIOS EM  
LOTEAMENTO ATLANTA promove contra RODRIGO DE FAVERI a presente ação de cobrança alegando, em resumo, que é credora do requerido da importância que descreve relativa a despesas das cotas associativas dos meses que menciona e não satisfeitas. Pede a procedência da ação para esse fim.

O requerido, regularmente citado, não contestou a ação  
(págs. 94).

É o relatório.

Passo a decidir.

O requerido embora devidamente citado não contestou a

**1006169-45.2018.8.26.0037 - lauda 1**

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de Araraquara  
FORO DE ARARAQUARA  
2ª VARA CÍVEL

Rua dos Libaneses, nº 1998, Fórum - Carmo  
CEP: 14801-425 - Araraquara - SP  
Telefone: (16) 3336-1888 - E-mail: araraq2cv@tjsp.jus.br

ação.

Assim agindo admitiu como verdadeiros os fatos alegados pela autora em seu pedido inicial (art. 344 C.P.C.).

A autora, por sua vez, juntou aos autos documentos comprobatórios do seu crédito como o termo de adesão à associação de proprietários assinado pelo autor (págs. 89).

Diante do exposto, julgo procedente a ação e condeno o requerido no pagamento da importância descrita na inicial, acrescida de juros de mora desde a citação, correção monetária do ajuizamento do pedido.

Arcará, ainda, o requerido com o pagamento das custas processuais e honorários de advogado de dez por cento sobre o valor final da condenação.

Intime-se.

Araraquara, 24 de julho de 2018

Heitor Luiz Ferreira do Amparo  
Juiz de Direito

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA